

A Amazônia revisitada

"Grupo de trabalho é um batalhão de despreparados convocado por um desinteressado para preparar projetos desnecessários" (Art Buchwald)

ROBERTO CAMPOS

Ocorreu no mundo uma mudança do clima global não causada pelo desmatamento da Amazônia. É o fim da "estatolatria". Nada menos que 50 países em diferentes culturas e continentes conduzem hoje projetos de privatização. Descobriu-se que o Estado tem mais chances de ser um Estado forte se for um estado mínimo.

Há duas outras mudanças a registrar. Uma é globalização de mercados através da formação de grandes espaços econômicos como a Europa unificada. Outro, é a vigorosa percepção do surgimento daquilo que os americanos chamam as "commonalities".

As "comunidades" são novos problemas que não podem mais ser resolvidos em escala nacional. Existem "comunidades" de vários tipos. No plano social, o problema das drogas; no plano econômico, o problema energético, a radioatividade das usinas atômicas; no plano político, os direitos humanos; no plano ecológico, as emissões gasosas ou o desmatamento da Amazônia. Quer queiramos quer não, a preservação de floresta tropical será um item da agenda mundial.

O Brasil é hoje vítima de injusta animosidade nas agências financeiras internacionais. Isso paralisou os fluxos de crédito. Começa a desmontar, sobretudo na Alemanha, uma animosidade comercial, em relação a produtos de floresta tropical. Se não encararmos de frente o problema, ele não desaparecerá. Tornar-se-á apenas mais difícil sua solução racional.

Há insuficiências de "conhecimento" e erros de "atitude". O déficit cognitivo pode ser curado pela destruição de mitos. É um mito que a Amazônia seja o pulmão do mundo. Sua floresta é senil e as florestas senis são egoístas. Roubam de noite o oxigênio que exsudam de dia. Se a Amazônia não é o pulmão do mundo também não é o seu filtro.

No caso da Amazônia, as "confusões" são maiores que as "percepções". Confunde-se, por exemplo, "desmatamento" com "devastação". Quando o desmatamento visa à plantação de culturas arbóreas como o dendê, o cacau, o café ou a borracha, substitui-se uma ecologia natural por uma artificial. A planta jovem oxigena mais que a floresta senil. Há que diferenciar entre "fogo" e "incêndio". Fogo é uma tecnologia agrícola de preparo do solo. O incêndio é um desastre ecológico.

O Brasil, no tratamento dessa nova "comunidade" — a preservação da floresta tropical — cometeu dois erros. O primeiro foi a rejeição em 1948 do projeto da Ilhéia amazônica. Tratava-se da idéia de um eminente brasileiro, o Dr. Paulo Carneiro, visando à criação, sob os auspícios da Unesco, de um Instituto científico internacional para estudo da Amazônia. Num ataque de hipernacionalismo doentio, a idéia foi rejeitada, como se cientistas inocentes fossem mercenários malandros a serviço do imperialismo internacional. Tivesse a idéia vingado e teríamos, nós e o mundo, um estoque maior de conhecimentos sobre a heterogeneidade da Amazônia, suas riquezas de germoplasma, suas formas de utilização racional. Dispensar-nos-íamos do esforço de desintoxi-

cação mental que hoje temos de fazer para aplacar os ecologistas transformados em eco-maníacos.

O segundo erro foi o hipernacionalismo de Sarney ao interpretar manifestações internacionais de preocupação ecológica como uma ameaça à soberania. Se tivéssemos respondido ao surgimento da nova "comunidade" — como tardiamente o fizemos — como o programa "nossa natureza", teríamos amenizado as inquietações mundiais. Esse programa desmente que reclamemos o direito de sujar a nossa casa simplesmente porque os industrializados já sujarão a deles.

As preocupações internacionais se centram em três problemas — a exploração da madeira sem reflorestamento, a inundação das hidrelétricas e a agressão ecológica resultante de novas rodovias. Curiosamente, pouco se fala do problema mais intratável que é a poluição do mercúrio nos garimpos.

No caso do reflorestamento, a legislação é adequada. Mas o cuidado ecológico é subproduto do crescimento, sem o qual não haverá recursos para priorizar a proteção ambiental. Os países ricos podem pensar no futuro; os pobres tem de safar-se no presente. No caso das hidrelétricas, há dois casos fundamentalmente diferentes. As "represas de planície", onde há vasta inundação e pouca energia. E as "represas de desnível", como o serão as da curva do Xingu, onde o contrário acontece. O Brasil não pode dispensar estes grandes aproveitamentos hidrelétricos, baratos e não poluentes.

No caso das estradas, há a síndrome da BR-364, responsabilizada pelo desmatamento de Rondônia. Entretanto, o Brasil precisa não só integrar seu território como alcançar o Pacífico. Isso se faria melhor num projeto de integração, que envolvesse tanto a rodovia para o Pacífico, como o problema energético da Amazônia Ocidental. O Peru tem gás redundante deste lado dos Andes e ao invés de represas inundantes poderíamos importar termo-eletricidade, abrindo mercados nesse País. Tem sido singular nossa falta de imaginação em projetos de integração latino-americana. Desde 1956 discutimos inutilmente a importação de gás boliviano, que forneceria àquele país moeda de troca para reforçar nossas exportações industriais. A solução para a desconflança financeira internacional passa por projetos que envolvam duas coisas: — o "zoneamento" e a "integração". O zoneamento permitiria criar ilhas de preservação florestal ao longo das estradas. A integração desperta simpatia internacional por criar solidariedade no progresso.

Sobrevoando há poucos dias o distrito industrial de Manaus, antiga cidade adormecida, verifiquei com satisfação que nem todos os grupos de trabalho confirmam a cáustica definição do humorista americano Art Buchwald. A Zona Franca de Manaus nasceu de um grupo de trabalho criado pelo presidente Castelo Branco, para projetar a "Operação Amazônia". Esta conseguiu substituir por uma estratégia de crescimento a velha estratégia do medo e do ressentimento.

Roberto Campos é senador pelo PDS do Mato Grosso